

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

Grupo de Trabalho: *Sociologia histórica: rumos e diálogos atuais*

Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica institucional

Maria Caraméz Carlotto

UFABC

Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica institucional¹

Maria Caraméz Carlotto

Introdução

A história institucional é, sem dúvida, uma das áreas mais importantes e desafiadoras da sociologia histórica. Dentre outros motivos porque a reconstrução histórica da gênese e transformação das instituições sociais é, em geral, objeto de enormes disputas, a começar por definir quais instituições merecem ter suas histórias contadas ou por estabelecer quem está autorizado a contar a “verdadeira” história de uma instituição, sobretudo quando ela mesma, pela sua importância social, está interessada em preservar certa versão da sua história.

Ao tentar reconstruir, sociologicamente, a história da Universidade de São Paulo (Carlotto, 2014), deparei-me com esse e outros desafios postos para a sociologia histórica que tem, por objeto, instituições. Na tentativa de enfrentá-los, optei por identificar os diferentes padrões de reconstrução histórica da USP mostrando como eles correspondem a diferentes posições sociais no interior da instituição². Reconstruir esse olhar sobre a própria historiografia da USP como parte fundamental do esforço de realização de uma história estrutural é o objetivo do presente artigo que se divide em três partes, para além da introdução e conclusão.

Na primeira intitulada *História oficial, perspectiva finalista e primazia do relato individual*, apresento em linhas gerais o padrão de reconstrução histórica que predomina no que eu identifiquei como a história oficial da USP, produzida a partir do polo dominante da instituição. Na seção chamada *A instituição vista a “certa distância”: da história oral à história estrutural*, resumo a discussão teórica que me permite contrapor a ideia de história estrutural à aposta na história oral, como forma de responder à tendência predominante na historiografia oficial da USP, a saber, a primazia dos relatos individuais. Na terceira parte, *A história dos vencidos e a normatividade do projeto “original”*, procuro identificar, sociologicamente, o padrão historiográfico oposto à história oficial, marcado

¹ O presente artigo é uma síntese do primeiro capítulo da minha tese de doutorado intitulada “*Universitas semper reformanda? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*” (Carlotto, 2014).

² Para mais detalhes sobre a estrutura social da USP ver o terceiro capítulo da minha tese de doutorado intitulada “*A transformação estrutural da USP: dominantes e dominados no contexto universitário*” (Carlotto, 2014, p. 295ss). Neste capítulo dedico-me a reconstruir o padrão de organização e de recrutamento das diferentes unidades de ensino e pesquisa da USP, procurando mostrar como a universidade desenvolveu-se a partir de uma oposição essencial entre um polo profissional tradicional, constituído pelas unidades da USP mais antigas e voltadas às formações profissionais socialmente valorizadas, e um polo acadêmico-científico, composto pelas unidades voltadas à formação científica e pedagógica, fundadas sobretudo entre 1934 e 1968.

pela crítica do desenvolvimento institucional da USP à luz dos conceitos filosóficos originais que teriam embasado o projeto de criação da USP em 1934, derrotado ao longo da sua implementação. Na conclusão eu delinheiro o que seria o terceiro e último padrão de reconstrução histórica da USP, que é justamente a história estrutural.

1. História oficial, perspectiva finalista e primazia do relato individual

Ao se propor a reconstruir a história de uma instituição, sobretudo daquelas socialmente valorizadas, o sociólogo invariavelmente se depara com expressões mais ou menos acabadas da sua “história oficial”. Somatória de materiais produzidos diretamente pela instituição ou por pessoas e grupos encarregados por ela de recontar sua história, em geral por ocasião de datas comemorativas, a história oficial é parte da própria construção institucional.

Um dos seus traços mais marcantes é o predomínio de uma perspectiva finalista que concebe o desenvolvimento institucional como “um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (Bourdieu, 1986, p. 69). Não por acaso, portanto, a história oficial confere, quase sempre, uma forte primazia ao relato individual como fonte de reconstrução histórica.

No caso da Universidade de São Paulo, essa perspectiva finalista que concebe a história como o resultado da ação consciente de homens que dirigem a instituição em um determinado sentido marca de modo significativo a sua história oficial. Não por acaso, um traço característico dessa historiografia oficial é a primazia dada à perspectiva dos homens encarregados da direção da instituição, seja diretamente – sob a forma de memórias, diários, relatórios administrativos ou individuais – seja indiretamente – sob a forma de depoimentos dados pelos dirigentes aos encarregados pela reconstrução histórica da instituição. Em ambos os casos, tratam-se de trabalhos escritos a partir de posições de poder e que repercutem, nas suas reconstruções históricas, as visões inerentes a esse lugar institucional.

Pode ser incluído nesta categoria o primeiro livro que se pretende “uma história da USP”, escrito pelo ex-reitor Jorge Americano, um catedrático da Faculdade de Direito com extensa carreira política que, logo após deixar a reitoria da USP em 1946, resolve elaborar um compêndio de “dados, problemas e planos” para orientar “o trabalho dos futuros administradores da instituição” (Americano, 1947, p. 5). A reconstrução histórica proposta por Jorge Americano visava legitimar o ideal de autonomia universitária, nos termos concebidos pelo ex-reitor, que liderou politicamente um amplo movimento que

culminou na transformação da USP em autarquia estadual (Americano, 1947). Americano parte dessa perspectiva finalista – em que a autonomização da universidade nos termos propostos pela sua direção, de centralização e fortalecimento do poder acadêmico no âmbito central, torna-se um fim legítimo e natural – para celebrar uma série de fatos que assume, então, um sentido coerente.

Na mesma linha, estão as diferentes *Memórias e Recordações* do também ex-reitor Miguel Reale (1986a, 1986b, 1987 e 1994). O jurista que, por sua posição de liderança na Ação Integralista Brasileira, conseguiu, durante o Estado Novo, tornar-se catedrático da Faculdade de Direito e membro do Conselho Administrativo do Estado³, também dedica particular atenção ao episódio narrado por Jorge Americano, de concessão de autonomia universitária à USP em 1944, mas reivindicando para si o mérito da medida que elevou a USP ao estatuto de “autarquia estadual” (Reale, 1994, p. 25-6).

Assim como esses, outros altos dirigentes da USP também escreveram sobre a sua história, seja sob a forma de cronologias institucionais, seja sob a forma de memórias pessoais. No primeiro caso, podemos incluir o artigo do ex-reitor da USP, João Grandino Rodas, intitulado *História da Universidade de São Paulo* e escrito em parceria com Shozo Motoyama (Rodas & Motoyama, 2011). No segundo caso, estão as memórias do ex-reitor Hélio Lourenço de Oliveira, publicadas em volume de homenagem a ele (Oliveira, 1995), ou ainda o diário do ex-reitor, Jacques Marcovitch, publicado com o título *Universidade viva, diário de um reitor* (2001). É nessa linha de trabalhos que se localiza, também, a obra intitulada *Universidade de São Paulo: súmula de sua história*, de Josué Camargo Mendes, que foi vice-reitor da USP de 1973 a 1977 (Mendes, 1977).

Também pode ser interpretado nessa direção o livro *Universidade de São Paulo: subsídios para uma avaliação*, organizado pela professora Eunice Lacava Kwaniscka da Faculdade de Economia e Administração da USP a pedido do engenheiro e então reitor da USP, Hélio Guerra Vieira (Kwaniscka, 1985). Nesse estilo de trabalho, insere-se, ainda, o livro preparado pela assessora da reitoria, Rosana Oba, chamado *Universidade de São Paulo: seus reitores e seus símbolos – um pouco da história* (Oba, 2006). Publicado pela Edusp e prefaciado pelo governador Geraldo Alckmin, o livro testemunha que a história oficial da USP é escrita não só por aqueles que ocupam diretamente cargos de direção, mas também por especialistas a quem a instituição delega essa função.

De fato, as duas obras mais significativas de “história oficial” da USP foram escritas justamente por autores que, sem assumir diretamente altas posições de poder

³ Miguel Reale precisou mobilizar toda a sua influência pessoal e política para validar, junto ao governo federal, através do seu Conselho Nacional de Educação, o concurso que prestou para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1941, que foi questionado e invalidado no âmbito da Faculdade de Direito (cf. Reale, 1986b).

institucional, acabaram designados pela direção universitária e em função da sua trajetória institucional como docentes, para escrever a história da USP. São elas: o compêndio *História da Universidade de São Paulo* escrito por Ernesto de Souza Campos (1954) e o volume *USP 70 anos, imagens de uma história vivida*, organizado pelo historiador Shozo Motoyama (2006). O primeiro foi redigido em 1954 a pedido do Conselho Universitário por ocasião da comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo e das duas décadas de fundação da USP. O segundo foi concluído em 2006, como forma de comemorar os 70 anos da USP, enquanto mais um volume produzido pelo Centro Interunidades de História da Ciência, ligado à reitoria da USP.

O livro de Souza Campos, ao conceber a fundação e o crescimento da USP como um percurso coerente e bem sucedido, reflete, sem mediações, o discurso socialmente enraizado do seu narrador que, como Jorge Americano e Miguel Reale, fez toda a sua trajetória acadêmica no interior da instituição cuja história relata e cuja direção, por muito tempo, integrou (cf. Campos, 1954). Formado originalmente pela Escola Politécnica, Ernesto de Souza Campos ingressou, em 1913, na primeira turma da Faculdade de Medicina de São Paulo. Seguindo uma trajetória “natural”, Campos tornou-se catedrático e diretor da Faculdade de Medicina da USP. Assim, em 1954, o Conselho Universitário decidiu atribuir ao “filho espiritual da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina” a tarefa de escrever a história da universidade de São Paulo (cf. Leme, 1954, n.p.).

Mas a relação de Campos com a USP, particularmente com a sua Faculdade de Medicina, era ainda mais profunda do que a sua trajetória institucional inicialmente sugere. Seguindo a sua narrativa, descobre-se que o “grande historiador da USP” era filho de um “homem bom de São Paulo”, “republicano de primeira hora”, o médico Antônio de Souza Campos, senador da República durante o governo Floriano Peixoto (Campos, 1954, p. 345). Além de médico “de prestígio”, o senador era, ainda, “amigo dileto” de Américo Brasiliense de Almeida Mello, bacharel em direito que fundou o Partido Republicano Paulista e se tornou, por ele, presidente da província de São Paulo. Inserido nessa rede de relações políticas e sociais privilegiadas, o pai de Ernesto de Souza Campos teria desempenhado um papel importante na promulgação da lei nº 19 de 1891 que criou, no papel, a Academia de Medicina e Farmácia de São Paulo.

O relato histórico presente no livro de 1954 é todo ele marcado por um tom de “testemunho pessoal” de um membro da elite paulista, orgulhoso desse pertencimento. Não por acaso, ocupam um lugar central na obra de Campos as pequenas biografias, sempre de caráter consagrador, pelas quais o autor reconstrói as personagens heroicas que, segundo ele, protagonizaram a história da USP e das suas unidades constitutivas,

revelando, por detrás de suas atitudes “nobres” e “altivas”, uma vertiginosa cadeia de ascendência aristocrática. Ao longo das mais de quinhentas páginas que compõem o luxuoso volume de 1954, reimpresso integralmente e em alto padrão em 2004, é possível mobilizar vários outros exemplos que, como os descritos até aqui, testemunham a constante referência à grandeza de São Paulo e de sua elite dirigente, da qual a fundação da USP constitui o exemplo máximo.

Diferentemente do que pode parecer à primeira vista, o estilo historiográfico de Campos não representa a expressão despropositada de um elitismo pessoal ou de um arcaísmo descontextualizado. Tampouco o pressuposto finalista e o tom consagrador resultam do caráter amador da história escrita pelo engenheiro e médico. Ao contrário, durante a redação da sua *História da Universidade de São Paulo*, Ernesto de Souza Campos ocupava o cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), instituição cuja sede, ainda hoje, preserva o seu nome. É, portanto, à luz dessa corrente e dos seus temas, estilos e pressupostos que se deve compreender, em um primeiro momento, o trabalho histórico de Ernesto de Souza Campos. Longe de representar um erro ou um desvio, a *História da Universidade de São Paulo* escrita por Souza Campos reflete essa “forma bem específica de se fazer história”, “pautada em nomes e personagens”, como forma de consagração e legitimação das “elites agrárias” (Schwarcz, 1993, p. 109-110). Esse discurso historiográfico encerra, como a Schwarcz sugere, verdadeiros “sistemas de classificação” que orientam a construção de uma história épica e otimista, na qual o passado idealizado se presta à projeção de um futuro “insofismavelmente branco” e, portanto, moderno e civilizado (1993, p. 132-37).

Mas além de incorporar os traços distintivos da historiografia paulista da primeira metade do século XX, a obra de Souza Campos não deve ser considerada um “desvio” também porque expressa de modo paradigmático o padrão que prevalece em parte importante dos trabalhos sobre a história da USP: a descrição de uma trajetória coerente e bem-sucedida cujo sentido, pressuposto já no ato de fundação das escolas profissionais no século XIX, desdobra-se a cada momento da vida institucional. O autor reconstrói a história da USP, portanto, a partir da história das suas unidades profissionais isoladas, todas elas portadoras de um mesmo objetivo, de contribuir para o desenvolvimento do estado bandeirante e a felicidade, prosperidade e bem-estar do seu povo (Campos, 1954)⁴.

⁴ Esta análise mais detalhada da obra de Ernesto de Souza Campos se deve, sobretudo, ao fato dessa obra ter se constituído, ao longo do tempo, como uma das principais, senão a principal referência para a história da Universidade de São Paulo escrita em diferentes perspectivas (cf. Antunha, 1971; Fernandes, 1984; Fétizon, 1986; Kwaniscka, 1985; Limongi, 1989; Lopes & Santos, 2005; Motoyama, 2006).

Do ponto de vista da forma, o livro de Shozo Motoyama sobre os setenta anos e o de Ernesto de Souza Campos sobre os vinte anos da USP se aproximam muito. Ambos são volumes extensos, publicados em edição luxuosa, de caráter comemorativo, e repletos de imagens e ilustrações simbólicas de edificações e personagens considerados importantes para a história da instituição, marcadamente seus dirigentes, representados por pinturas oficiais a óleo dispostas ao longo do livro. O fato de tanto a obra de Campos quanto a de Motoyama terem sido apresentadas pelos reitores da época – Ernesto Moraes Leme e Suely Vilela – só reforça o caráter de história oficial e consagrada que as distingue⁵.

Essas semelhanças de forma correspondem, como é possível supor, a aproximações de conteúdo entre os dois trabalhos. Apesar da variação de tema e estilo, é possível dizer que a estrutura geral da narrativa histórica de Motoyama é a mesma daquela presente no compêndio de Souza Campos, especialmente pela tentativa de reconstruir normativamente o passado a partir de visões enraizadas em um campo de disputas materiais e simbólicas do presente. Nesse sentido, os dois trabalhos assumem um mesmo caráter teleológico ao postularem um sentido único que, incorporado de modo consciente por uma elite local engajada na construção do ensino superior paulista, determina o “passado, presente e futuro” da USP.

Mas ao contrário de Campos, que remete tal fundação ao período colonial, Motoyama a localiza diretamente na Primeira República, que abriu espaço para o “empreendedorismo” da elite liberal paulista, treinada e socializada nas Arcadas da Faculdade de Direito. Esses “aprendizes do poder” (Adorno, 1988), atuando com outros “construtores da modernidade” (Motoyama, 2006, p. 93), iriam, a partir da concessão da autonomia estadual em 1889, fundar instituições de ensino e pesquisa que dariam suporte aos processos de industrialização e de urbanização que despontavam no estado de São Paulo. É nessa chave, de uma instituição fundada pelo processo de desenvolvimento do estado de São Paulo e para ele voltada que Motoyama interpreta toda a história da USP, cuja fundação ele remonta, assim como postulado por Campos, à criação das suas escolas profissionais. A coerência dessa história é dada, portanto, pela realização de um mesmo “projeto original”, qual seja: o de um conhecimento a serviço da modernização que, não obstante conduzida por um grupo da elite paulista, beneficia a nação brasileira em seu conjunto.

Em suma, esse grupo de trabalhos de história oficial, a despeito das suas

⁵ A presença de prefácios escritos por dirigentes é uma marca constante na historiografia sobre a USP e suas unidades. Como já foi dito, o livro de Rosana Oba é prefaciado pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e apresentado pelo então reitor, José Adolfo Melfi (cf. Oba, 2006).

diferenças internas, assume uma mesma perspectiva historiográfica ao eleger o discurso dos dirigentes universitários como fonte privilegiada, tendo em vista legitimar a criação da USP como um projeto da elite paulista que se desdobra desde a criação das escolas profissionais tradicionais de onde esses dirigentes, na sua grande maioria, provêm.

Em alguns casos, a primazia do relato individual é incontornável, porque reconstrução história e memória pessoal se confundem. Em outros, porém, trata-se de uma escolha metodológica consciente, de inscrever a historiografia institucional na tradição da “história oral”, como forma privilegiada de escrita histórica. É este o caso, por exemplo, do historiador Shozo Motoyama, que opta deliberadamente por “deixar os próprios atores e atrizes, desse drama chamado universidade, falarem por si mesmos” (Motoyama, 2006, p. 68).

Ao reconstruir o argumento presente nas duas referências principais mobilizadas por Motoyama (2006) para justificar a inserção do seu trabalho na tradição da “história oral” (cf. Thompson, 1992; Prins, 1992), nota-se que o grande objetivo dessa corrente historiográfica forjada no pós-guerra era defender, por influência direta da sociologia⁶, a possibilidade de uso de registros orais como fonte para a reconstrução histórica. Conferindo lugar de destaque às representações subjetivas da história, a história oral ao mesmo tempo em que democratizava a reconstrução histórica – ao dar voz a quem tradicionalmente não tinha voz – também terminava por enfatizar a vivência subjetiva dos processos históricos, em uma espécie de fenomenologia histórica.

Assim, Paul Thompson, considerado um dos grandes expoentes do movimento da história oral, sustenta que a recusa dos “historiadores tradicionais” em reconhecer os relatos individuais como fonte legítima para a historiografia deve-se essencialmente à opção teórica e política por escrever uma história ligada à perspectiva dos dominantes. Nesse sentido, a estratégia de dar voz aos silenciados pela historiografia tradicional tornava-se um instrumento de contestação desse comprometimento dos historiadores com o exercício da dominação.

Assumindo, portanto, esse sentido político original, o recurso a fontes orais representou, na prática, a ampliação dos horizontes da história com a inclusão de novos temas e problemas. Essa abertura de campos de investigação está particularmente ligada à emergência, por exemplo, de uma historiografia feminista e pós-colonial na segunda metade do século XX (cf. Patai, 2010; Vansina, 1985). Mas a principal contribuição da história oral, segundo Thompson, é de natureza metodológica. O recurso ao relato

⁶ Paul Thompson, considerado por muitos como o grande teórico da história oral, começa a trabalhar com registros falados no Departamento de Sociologia da Universidade de Essex na década de 1960 (cf. Thompson, 1992).

individual confere à narrativa histórica uma maior confiabilidade, uma vez que, se a maioria dos registros escritos mobilizados pelos historiadores “tradicionais” reflete o ponto de vista da autoridade, a história oral permite um julgamento mais imparcial ao evocar suas testemunhas também entre as classes subalternas (cf. Thompson, 1992, p. 26).

O historiador Gwyn Prins – também citado por Motoyama como referência para o seu trabalho – promove uma defesa menos enfática e mais criteriosa do registro falado como fonte historiográfica (1992). Para ele, as fontes orais também apresentam limitações que é preciso considerar, sem prejuízo de reconhecer que os historiadores, particularmente os das sociedades modernas, industrializadas e alfabetizadas, são em geral excessivamente céticos quanto à validade das fontes orais para a reconstrução do passado pelo seu caráter supostamente “fluido” e “subjetivo” (cf. Prins, 1992, p. 163-5). Esse preconceito, ancorado na experiência intelectualizada, impediu os historiadores de tratarem o registro oral como fonte de pesquisa válida, limitando, assim, o alcance das suas reconstruções históricas.

Tanto na argumentação de Paul Thompson quanto na de Gwyn Prins, a questão essencial é legitimar os registros orais enquanto fontes para o trabalho historiográfico. No então, para além dessa defesa puramente metodológica, encontramos um pressuposto teórico mais profundo: o de que a reconstrução dos discursos subjetivos – sob a forma do relato pessoal – permitiria restituir o lugar quase absoluto das representações individuais excluídas pelo historiador no seu trabalho de objetivação histórica. Para essa perspectiva claramente fenomenológica, é como se a verdade dos acontecimentos históricos estivesse guardada na percepção íntima dos indivíduos que os vivenciaram – pressuposto que explica, por exemplo, o subtítulo da obra de Motoyama, “USP 70 anos: imagens de uma história *vivida*”. É, portanto, a experiência individual, singular, única que transformaria os indivíduos em portadores dos sentidos e dos significados dos acontecimentos históricos.

2. A instituição vista a “certa distância”: da história oral à história estrutural

De uma perspectiva sociológica, em geral, e de uma sociologia histórica estrutural, em particular, a defesa metodológica do registro falado como fonte de pesquisa, operada pelo movimento da história oral, soa um tanto quanto desnecessária, uma vez que o relato pessoal – em especial, as narrativas de história de vida, os registros subjetivos dispersos e as entrevistas mais ou menos estruturadas – já é amplamente legitimado como instrumentos de pesquisa na sociologia. Do mesmo modo, parece um tanto ingênuo

a aposta de que a subjetividade individual seja portadora da verdade histórica, ainda que as representações subjetivas constituam objeto privilegiado da sociologia.

Nesse sentido, ao criticar a perspectiva memorialista predominante na historiografia das grandes escolas francesas, Pierre Bourdieu ressalta que o grande problema desses testemunhos pessoais não é, como argumentam os historiadores “tradicionais”, o seu caráter “fluido” ou “subjetivo”, mas a incapacidade dos analistas, particularmente daqueles responsáveis pela reconstrução histórica, de objetivar as condições sociais em que tais narrativas são produzidas. Em outras palavras, o problema não estaria no relato pessoal em si, mas na falta de vigilância epistemológica ao utilizá-lo. Isso porque tanto os formuladores diretos desses discursos quanto os analistas que os mobilizam para reescrever a história institucional permanecem inconscientes dos interesses e sentidos específicos de que são portadores e que se explicam justamente pela relação social determinada que esses sujeitos estabelecem com a instituição cuja história relatam (cf. Bourdieu, 1989, p. 185-6).

Para Bourdieu, portanto, a questão essencial não é negar a validade do registro falado, do relato pessoal ou da memória subjetiva como instrumentos de reconstrução histórica, mas interpretá-los a partir do *lugar* em que são enunciados, sendo esse *lugar* pensado como uma *posição social* (Bourdieu, 1984, 1986 e 1989). É da *primazia das posições sociais* que parte a história estrutural, como uma expressão específica da sociologia histórica.

A proposta de realizar uma história estrutural do ensino superior foi desenvolvida de modo sistemático por Pierre Bourdieu nas duas obras que dedicou ao tema nos anos 1980, quais sejam: *Homo Academicus*, publicada em 1984 e que trabalha a transformação do campo acadêmico partindo da análise da transformação das faculdades de letras e ciências humanas; e *La noblesse d'état*, publicada em 1989 e centrada mais especificamente no campo das grandes escolas francesas. Em ambas, o autor defende a história estrutural do ensino superior como uma forma privilegiada de elucidar o sentido das transformações no interior desse campo (cf. Bourdieu, 1984, p. 176ss; 1989, p. 279ss).

A opção de Bourdieu de nomear a sua história de “estrutural” não implica, no entanto, uma filiação direta ao estruturalismo, particularmente o de inspiração linguística que, nas ciências sociais, encontrou expressão acabada na antropologia de Claude Lévi-Strauss (cf. Bourdieu, 1980, p. 9ss). Na verdade, os anos 1970 marcam um progressivo afastamento de Bourdieu em relação ao estruturalismo, o qual foi motivado por uma crítica sistemática que, originalmente metodológica, resultou em inflexões teóricas

importantes, tal como explicitado em *Le sens pratique*, obra que antecede diretamente os estudos bourdieusianos sobre o ensino superior francês (cf. Bourdieu, 1980; 1984; 1989).

O cerne da crítica dirigia-se à “redução estruturalista”, que ao determinar a ação social a partir da estrutura, definia os sujeitos como simples autômatos. Não obstante essa crítica, Bourdieu não deixa de reconhecer, e ressaltar, a contribuição essencial do estruturalismo: ter introduzido nas ciências sociais o método relacional de pensar que, rompendo com toda a forma de substancialização e funcionalismo, caracteriza cada elemento do sistema a partir da relação que ele estabelece com outros, dela extraíndo o seu significado e a sua função (cf. Bourdieu, 1980, p. 11). É esse pensamento relacional, assumido pela perspectiva estrutural, que, sem cair em puro determinismo, confere primazia à estrutura social, pensada como um conjunto de posições hierarquizadas às quais correspondem condições materiais, simbólicas e políticas essencialmente desiguais. Assumir esse pressuposto estrutural não implica, no entanto, recair no determinismo cego que nega, como mero erro, as representações subjetivas e imediatas do mundo.

Assim, é importante frisar que o afastamento de Bourdieu em relação à perspectiva fenomenológica, na qual podemos incluir o movimento da história oral, é acompanhado de um distanciamento simétrico em relação ao estruturalismo. É, portanto, do esforço para superar tanto o subjetivismo fenomenológico, que pressupõe a pura liberdade dos agentes, quanto o objetivismo estruturalista, que se reverte em determinismo mecanicista, que se alimenta a teoria da ação que está na base de uma história estrutural do ensino superior (Bourdieu, 1980; 1984; 1989).

Bourdieu vai ainda além e abre a possibilidade para que o analista privilegie uma das perspectivas – a primazia da representação individual subjetiva ou a primazia da estrutura – segundo uma leitura metodológica do seu contexto particular de investigação. Em suma, essas tendências tiram a sua força específica da relação particular que o pesquisador estabelece com os objetos que se propõe a analisar. É preciso considerar, portanto, que o problema que se coloca para o sociólogo que pretende estudar o ensino superior em geral, e o campo universitário em particular, é em certo sentido oposto ao que se impõe, por exemplo, ao etnógrafo que busca compreender formas de organização social que inicialmente desconhece. Se no esforço etnográfico o maior desafio é superar a *distância* que impede o analista de acessar as representações subjetivas que possibilitam e decorrem do engajamento prático, na análise do mundo acadêmico é o excesso de *proximidade* que induz o analista a aceitar tacitamente os sentidos imanentes a esse mundo, particularmente a valorização de uma história finalista voltada à exaltação das

realizações individuais; atitude, vale dizer, típica de um universo social em que um dos objetivos é inscrever na história as contribuições particulares de natureza intelectual, tal como expresso na aspiração, da qual nem o analista escapa, de “construir um nome” (Bourdieu, 1984, p.11).

Assim, no caso em que a relação de pesquisa é de imersão, como no caso do(a) sociólogo(a) que pretende analisar o próprio universo universitário, o movimento reflexivo tem que ser essencialmente de afastamento: não se trata de problematizar a distância social que o impede de apreender as categorias inerentes ao engajamento prático, mas é o próprio engajamento prático que impede a construção de uma distância capaz de viabilizar a apreensão minimamente objetiva do objeto – a universidade, no caso.

É nesse contexto que a reconstrução das hierarquias sociais que estruturam o espaço universitário torna-se tão relevante. A análise estrutural permite, através da reconstrução das diferentes posições sociais, construir uma posição analítica capaz de enxergar a universidade a “certa distância” e, a partir disso, romper com a *illusio* essencialmente subjetivista que marca a historiografia dominante sobre essa instituição. É justamente essa ruptura que permite à análise estrutural ir além do “recito anedótico dos fatos e dos gestos dos agentes singulares, célebres ou desconhecidos, ao qual se sacrifica de boa vontade a história, nova ou velha” (Bourdieu, 1984, p. 12).

Essa tendência para a valorização de realizações e versões individuais – visão encantada do mundo acadêmico que inspira grande parte das histórias da universidade – torna-se ainda mais explícita quando o objeto é a trajetória das instituições socialmente dominantes, como é inegavelmente o caso da USP, que, tomadas isoladamente e independentemente das relações objetivas que a definem, motivam “discursos de celebração declarados ou disfarçados [...] que são uma das manifestações mais evidentes dos efeitos de consagração conferidos pela agregação dos corpos de elite” (Bourdieu, 1989, p. 185).

É para contornar tanto as armadilhas do engajamento do sociólogo com o seu objeto quanto os equívocos historiográficos dos que privilegiam “fatos e feitos” (Carlotto, 2014) que a análise sociológica precisa reconstruir as estruturas sociais que determinam as posições determinantes do espaço acadêmico para, a partir disso, dar sentido aos diferentes padrões historiográficos que predominam no interior da instituição. Assim, o esforço de construir uma história estrutural pressupõe, em primeiro lugar, romper com as reconstruções históricas parciais que, de certo modo, hegemonomizam a historiografia da instituição. Mas essa ruptura não significa mera negação. Ao contrário, o abandono de percepções “encantadas” do mundo acadêmico precisa ser acompanhado pela restituição

dessas mesmas percepções que, excluídas como simples referências bibliográficas, devem reaparecer na análise como objeto. As reconstruções históricas parciais, formuladas a partir de posições bem definidas do espaço social, devem ser consideradas, assim, como elemento constitutivo do problema de investigação, enquanto práticas produtoras de sentido que expressam visões e representações que ajudam a produzir e reproduzir as estruturas de que são produto, por meio de processos de legitimação e naturalização. Mas a análise estrutural pressupõe, como foi dito, um esforço essencialmente relacional, de modo que o conteúdo profundo da historiografia oficial da USP, formulada a partir das posições dominantes da instituição só se revela plenamente quando relacionada às visões inerentes às posições dominadas mais marcantes.

3. A história dos vencidos e a normatividade do projeto “original”

Buscando construir uma análise relacional da historiografia sobre a Universidade de São Paulo, é preciso reconhecer que ela não se resume ao conjunto de trabalhos escritos a partir de posições institucionais de poder, assumindo a forma geral de uma história oficial. Uma linha distinta de reconstrução historiográfica merece destaque, justamente por ter sido produzida a partir de um lugar institucional diametralmente oposto: o dos estudos acadêmicos em filosofia e história da educação oriundos da Seção de Pedagogia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Os dois trabalhos mais significativos dessa linha são a tese de livre-docência de Heládio Gonçalves Antunha intitulada *Universidade de São Paulo: fundação e reforma* (1971), e a tese de doutorado em três volumes de Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon chamada *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo* (1986). Não por acaso, os trabalhos mais essenciais dessa área (Antunha, 1971; Fétizon, 1986) desenvolveram-se no âmbito da cadeira de Filosofia e História da Educação. Criada com o Instituto de Educação em 1933, essa cadeira foi incorporada à USP, juntamente com o seu Instituto, em 1934, e tornou-se parte da Seção de Pedagogia da FFCL-USP, em 1938, desdobrando-se, finalmente, na atual Faculdade de Educação em 1969.

Ao contrário das obras de história oficial, redigidas quase que exclusivamente por ocasiões comemorativas e publicadas em edições esmeradas e luxuosas com amplo apoio institucional, os estudos ligados à área da educação foram escritos originalmente como teses acadêmicas e tiveram uma publicação editorial posterior incerta e bem mais discreta: a livre-docência de Heládio Antunha foi publicada apenas em 1974 como documento de trabalho na coleção “Documentos e estudos” do Centro Regional de

Pesquisas Educacionais, ligado ao INEP/MEC, sem alcançar grande distribuição, ao passo que o doutorado de Beatriz Fétizon nunca chegou a ser publicado⁷. Essa fragilidade editorial testemunha o fato de que tal linha de interpretação histórica pode ser lida, em grande medida, como uma “história dos vencidos”.

Em termos gerais, o traço distintivo dessa perspectiva subjugada é o seu caráter marcadamente idealista. O termo idealista, nesse caso, não assume um sentido filosófico forte sendo usado, portanto, mais como adjetivo do que como um conceito propriamente dito, buscando identificar uma historiografia cujo problema principal é analisar a realização de uma “ideia de universidade”, conscientemente postulada pelos formuladores e reformadores da USP nos momentos essenciais de consolidação do seu projeto.

Para compreender o significado dessa historiografia marcadamente filosófica é preciso analisar, na chave de uma história estrutural, o lugar específico dos estudos educacionais no âmbito da USP e como esse lugar determina seus traços essenciais. Como os próprios autores destacam (Antunha, 1971, p. 98-100; Fétizon, 1986, p. 450) e como uma linha subsequente de trabalhos desenvolve (Andrade, 1989; Bontempi Junior, 2007 e 2011; Tomazetti, 1998), os estudos de educação realizados inicialmente na Seção de Pedagogia da FFCL-USP e, posteriormente, na Faculdade de Educação da mesma universidade ocupam um lugar inferior tanto na hierarquia de poder institucional, associada principalmente ao prestígio social das diferentes profissões universitárias, quanto na hierarquia essencialmente acadêmica, marcada pela escala de prestígio propriamente científico. Disso resulta que os estudos educacionais se encontram ligados a posições que são, ao mesmo tempo, *política* e *academicamente* dominadas no interior da universidade.

De fato, quase todos os trabalhos dedicados à análise das condições sociais que determinaram a fundação da USP ressaltam a importância da contraposição que, desde a sua origem, opôs o ideal de ensino das faculdades profissionais tradicionais ao projeto de universidade apoiado pelo novo Instituto de Educação (cf. Cardoso, 1982; Fernandes, 1975 e 1984; Hey & Catani, 2006; Limongi, 1988 e 1989; Miceli, 1989; Nadai, 1981). Segundo esses autores, a raiz dessa oposição é claramente social, apontando, portanto, para fora da universidade que surgia. Dessa perspectiva interpretativa, foi uma configuração socialmente específica que levou setores educados, porém política e economicamente subjugados da sociedade paulista, a projetar a criação de instituições de ensino superior voltadas à formação de uma elite propriamente intelectual.

⁷ É interessante notar, ainda, que enquanto os livros de Ernesto de Souza Campos (1954) e Shozo Motoyama (2006) encontram-se disponíveis em todas as bibliotecas da USP, as obras de Beatriz Fétizon (1986) e Heladio Antunha (1971) estão acessíveis apenas na biblioteca da Faculdade de Educação.

Essas instituições, por responderem aos interesses específicos desse grupo, de afirmação do valor intrínseco do conhecimento e da cultura, terminavam por assumir um modelo ideal de funcionamento essencialmente distinto das escolas profissionais tradicionais, dedicadas à diplomação das elites política e economicamente consolidadas e, logo, pautadas por uma concepção utilitarista de saber especializado (cf. Nadai, 1981).

É a partir dessa interpretação que se torna possível compreender porque a concepção da USP, tendo como centro uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras voltada ao “desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística” (USP, 1934, p.1), contou com tanta resistência por parte das faculdades profissionais já consolidadas, sendo, por outro lado, ativamente apoiada pelo Instituto de Educação recém-criado.

Os primeiros anos de funcionamento da USP foram marcados, portanto, por uma disputa entre esses dois polos opostos – profissional vs. acadêmico-científico – pela definição dos termos em que a nova universidade passaria a funcionar, sendo unânime a leitura de que as faculdades profissionais conseguiram impor o seu modelo de universidade pautado no isolamento institucional.

É a luz dessa derrota do projeto da USP de 1934 que se deve ler o padrão de história da USP escrito a partir da hoje denominada Faculdade de Educação. Esse padrão se expressa na especial atenção dada à ideia filosófica de universidade que teria embasado o projeto original da USP. A partir da identificação desse “modelo coerente e consciente” de universidade (Antunha, 1971, p. 5), a pesquisa histórica se concentra nos momentos em que ele é implementado ou transformado, ou seja, na fundação e na reforma da USP. Outra consequência dessa ênfase nas concepções filosófico-pedagógicas de universidade sobre o modelo de reconstrução histórica é que o escopo da pesquisa tende a se restringir à fase “propriamente universitária” da USP, que começa a partir da fundação da sua unidade “verdadeiramente universitária”, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (cf. Antunha, 1971, p. 4). Assim, ao contrário da história oficial que busca as raízes remotas da USP, enfatizando particularmente o papel precursor das escolas profissionais tradicionais, os princípios normativos assumidos pelos estudos em filosofia e história da educação enfatizam a fundação da universidade propriamente dita, o que leva à condenação, implícita ou explícita, da dinâmica isolada das escolas profissionais, bem como do sentido utilitário do conhecimento por elas produzido. Passa para o primeiro plano, portanto, a valorização do caráter “desinteressado” dos estudos universitários e o papel “integrador” da FFCL, célula *mater* da instituição e na qual os estudos educacionais buscavam consolidar-se.

Esse conjunto de proposições também orienta diretamente a tese de doutorado de Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon. Não por acaso, portanto, a autora dedica as mais de trezentas páginas do primeiro volume da sua tese à reconstrução das concepções filosóficas de universidade a partir do surgimento da instituição no século XII. A partir disso, a autora desenvolve, ao longo do seu segundo volume, as ideias liberais que orientaram o “modelo originário” da USP (cf. Fétizon, 1986, p. 383-98). Dessa ênfase no projeto original da USP resulta uma restrição à sua “história propriamente universitária”, que atrela o percurso da instituição ao percurso da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assim como no trabalho de Antunha, os princípios normativos dessa leitura histórica levam Fétizon a condenar explicitamente o isolamento e o pragmatismo das escolas profissionais, responsáveis, segundo a autora, por “alguns dos mais duradouros problemas da universidade que se criava” (1986, p. 414).

Oblitera-se, com essa construção, que os princípios filosófico-pedagógicos que orientaram a fundação da USP correspondem, na verdade, a uma visão de mundo inerente à posição social do grupo responsável pela concepção original da USP (Cardoso, 1982), conforme sugerem as análises históricas de orientação estrutural que, a despeito das suas diferenças internas, compartilham um mesmo pressuposto analítico, de que existe uma correspondência mais ou menos direta entre posições sociais e as visões e representações inerentes a essas posições.

Conclusão

A visão histórica que predomina nos trabalhos de história oficial escritos a partir do polo social e institucionalmente dominante da universidade é, portanto, diametralmente oposta àquela que marca o polo antagônico, formado pelos estudos de filosofia e história da educação oriundos da antiga Seção de Pedagogia da FFCL-USP. Se um polo remonta a origem da USP à criação das escolas profissionais da primeira República, o outro enfatiza o papel determinante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada já na Era Vargas. Se um extremo destaca o caráter útil dos saberes produzidos pela USP para o desenvolvimento do estado de São Paulo, o outro enfatiza a natureza desinteressada do conhecimento universitário, ligada à sua condição de saber com pretensão universal. Enquanto um vértice valoriza a associação entre a universidade e os interesses econômicos, o outro considera a autonomia como valor máximo da instituição. Se um extremo destaca a *expertise*, a técnica e a tecnologia, o outro elogia a ciência, a arte e a filosofia. Enquanto um polo naturaliza a desagregação pela sanção da máxima de que “no

universo da cultura, o centro está em toda a parte”⁸, o outro repisa o problema da integração como fundamento da experiência universitária.

Do ponto de vista da análise sociológica, interessa notar que, por trás desses modelos de interpretação histórica opostos, esconde-se todo um conjunto de esquemas categoriais que, na sua contraposição, mimetizam a polarização essencial do espaço universitário uspiano: *cursos profissionais – cursos científicos; utilidade – desinteresse; local – universal; comprometimento – autonomia; expertise – conhecimento; prática – teoria; tecnologia – ciência; técnica – filosofia; isolamento – integração*. São algumas das oposições cognitivas, ao mesmo tempo lógicas e axiológicas, que revelam a força dos dois extremos principais que estruturam a Universidade de São Paulo.

De um lado, está o polo formado pelas profissões socialmente dominantes, em geral ligadas ao exercício do poder econômico, político e social, que são ensinadas nas faculdades tradicionais pré-universitárias e nas unidades delas derivadas. Representando um lugar estruturalmente dominante, essas unidades acumulam, no âmbito da USP, um poder institucional quase hegemônico⁹. De outro, encontra-se o polo formado originalmente pelo Instituto de Educação e, hoje, pelas unidades oriundas da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou a ela fortemente conectadas que, representando os valores intelectuais por excelência, carecem de poder interno para viabilizá-los plenamente. Essa estrutura geral da USP é, inseparavelmente social e acadêmica, não excluindo polarizações internas.

Como indicado ao longo deste artigo, essa oposição essencial só se revela se, a partir da construção da estrutura social, pudermos analisar a universidade “a certa distância”. A noção de distância, nesse caso, opera quase como uma metáfora do processo de objetivação da estrutura social que busca revelar o sentido mais profundo dessas representações simbólicas do mundo social. É esse movimento de objetivação que caracteriza, em linhas gerais, o terceiro e último padrão de reconstrução histórica da USP: a história estrutural.

Formulado no âmbito das ciências humanas, originalmente agrupadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e hoje concentradas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, esse padrão se caracteriza, em termos gerais, pela ênfase explicativa, pelo rigor metodológico e, sobretudo, pelo pressuposto de que as concepções de universidade que marcam as disputas internas à USP se explicam, em grande medida, pela posição social dos diferentes setores engajados nesses conflitos.

⁸ A frase é do ex-reitor Miguel Reale que, durante o seu segundo mandato na reitoria da USP, mandou escrevê-la no chão da praça central da cidade universitária, em torno da Torre do Relógio, onde permanece até hoje.

⁹ Na minha tese de doutorado eu desenvolvo uma análise detalhada dessa correlação (Carlotto, 2014).

Dentre as ciências humanas, foram as ciências sociais, em particular a sociologia, que procurou escrever com mais sistematicidade essa história da USP pautada por esse ideal de “distância”¹⁰.

Esse reconhecimento da perspectiva objetivamente proporcionada pela “distância” está no centro da análise de Antonio Candido sobre as condições histórico-sociais que possibilitaram a Sergio Miceli desenvolver uma análise capaz de “desmistificar” os intelectuais brasileiros atuantes nas décadas de 1920 e 1940, na sua relação com a classe dirigente nacional: “Numa palavra, Miceli já dispõe de uma perspectiva temporal, que permite certo afastamento e, portanto, o olhar sem paixão e quem sabe ‘sem piedade’” (Candido, 2001, p. 72-3).

O comentário de Antonio Candido é mobilizado, aqui, pelo fato de voltar-se para a obra de Sergio Miceli que, em um esforço claramente reflexivo, analisou as condições materiais que condicionaram o desenvolvimento de uma perspectiva de tipo estrutural pelas ciências sociais da USP na primeira metade do século XX. Nesse sentido, Miceli permite identificar com maior precisão o lugar social da terceira linha principal de reconstrução da história da USP, formada pelos estudos histórico-estruturais que se ligam, em grande medida, a essa tradição (cf. Arruda, 2005 e 2010; Cardoso, 1982; Fernandes, 1975 e 1984; Hey & Catani, 2006; Garcia, 2001; Limongi, 1989; Miceli, 1989; Pontes, 1998; Nadai, 1981).

Na sua análise sobre *Os condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil* entre 1930 e 1964, Miceli apresenta uma ampla explicação de porquê, na tradição sociológica uspiana, predominou justamente uma abordagem voltada às “condições estruturais” (cf. 1989, p. 93). Nesse sentido, a partir do seu desenvolvimento universitário, as ciências sociais em São Paulo foram marcadas por um padrão de recrutamento distinto do que caracterizava, até então, outros setores do ensino superior, como as faculdades profissionais, consequência da abertura da carreira de cientista social a mulheres e a filhos de imigrantes, incluindo os de origem japonesa, árabe e judia (cf. Miceli, 1989, p. 74-80). Essa distância social em relação às faculdades tradicionais, marcadas por um recrutamento mais seletivo, foi reforçada pelo estabelecimento de “procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção” (1989, p. 81) até então inexistentes nesses outros espaços, sobretudo a partir da influência de professores estrangeiros que contribuíram para a profissionalização do

¹⁰ Essa “distância” deve ser pensada em termos metodológicos, e não políticos. Ela representa, portanto, um esforço de distanciamento do objeto pela mobilização de métodos e instrumentos de análise que possibilitem romper com as percepções e visões determinadas diretamente pela experiência nesse mundo, não um distanciamento prático, como possível sinônimo de “neutralidade”, das disputas materiais e simbólicas que se travam no interior da política universitária.

trabalho intelectual. Tudo isso concorreu para consolidar um padrão de pesquisa e trabalho marcado por uma considerável margem de autonomia, em que a escolha de temas e problemas de investigação respondia antes a uma hierarquia científica do que a uma escala de relevância político-social.

O interesse da análise de Miceli, nesse caso, reside na forma sistemática como o autor analisa as condições materiais, intelectuais e institucionais que possibilitaram à ciência social uspiana desenvolver uma abordagem estrutural marcada essencialmente por um “esforço de objetivação”, inerente à sua “mentalidade científicista”. É claro que essa perspectiva estrutural não assume uma feição única. Entre as tintas funcionalistas que caracterizavam as pesquisas dos anos 1950 à sociologia bourdieusiana que passa a influenciar parte importante dos trabalhos dessa escola a partir dos anos 1980 existe uma sucessão de críticas internas, rupturas e distanciamentos. Ainda assim, é possível reconhecer – sobretudo em relação às outras tradições de reconstrução histórica analisadas anteriormente – uma linha de continuidade na ênfase dada à identificação e à análise das estruturas sociais, também nomeadas “condicionantes”, “determinantes” ou “constrangimentos”, que definem os limites e possibilidades da ação social e, com ela, do desenvolvimento institucional.

Essa ênfase se manifesta de modo marcante nas análises histórico-estruturais sobre o ensino superior e, em especial, sobre a própria Universidade de São Paulo. Essa sociologia histórica de tipo estrutural, que este artigo atribuiu inicialmente a Pierre Bourdieu (1984 e 1989), encontra, portanto, um desenvolvimento particular no contexto brasileiro, que define uma ordem própria de objetos e problemas, a qual o presente trabalho se filia.

Referências

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALCKMIN, Geraldo. História de quem fez história. In: OBA, Rosana. *Universidade de São Paulo, seus reitores e seus símbolos. Um pouco da história*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 13-14.
- AMERICANO, Jorge. *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*. São Paulo: Empresa Revista dos Tribunais, 1947.
- ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. 1971, 252f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo Social*, v. 22, p. 9-27, 2010.
- ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950. *Tempo Social*, v. 17, p. 135-158, 2005.

- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 142, p. 188-207, 2011.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. O ensino e a pesquisa em história da educação brasileira na cadeira de filosofia e história da educação (1933-1962). *História da Educação*, n. 21, p. 79-105, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 62-63, p. 69-72, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Variations et invariants. Éléments pour une histoire structurale du champ des grandes écoles. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 70, p. 3-30, 1987.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *A história da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954.
- CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 71-5.
- CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitas semper reformanda? A Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 570f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*. 1986. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. 3 v.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editoria 34, 2001.
- HEY, Ana Paula & CATANI, Afrânio. A USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSONI, Marília (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006. p. 295-312.
- KWANISCKA, Eunice Lacava. (Org.). *Universidade de São Paulo: subsídios para uma avaliação*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
- LEME, Ernesto Moraes. À guisa de prefácio. In: CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954. n.p.
- LIMONGI, Fernando. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. 1988. 279f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989. v. 1, p. 111-86.
- LOPES, Ivanir Ferreira de Souza & SANTOS, Thaís Helena dos. (Orgs.). *USP 70 anos imagens e depoimentos*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Coordenadoria de Comunicação Social, 2005.
- MARCOVITCH, Jacques. *Universidade viva, diário de um reitor*. São Paulo: Mandarim, 2001.

MENDES, Josué Camargo. *Universidade de São Paulo, súmula da sua história*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1977.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989. p. 72 -110.

NADAI, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo 1891-1934)*. 1981. 417f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

OBA, Rosana. *Universidade de São Paulo seus reitores e seus símbolos. Um pouco da história*. São Paulo: Edusp, 2006.

OLIVEIRA, Hélio Lourenço de. (Org.). *USP 1968-1969: Hélio Lourenço de Oliveira*. São Paulo: Edusp, 1995.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos. Os críticos do grupo Clima em São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 163-98.

REALE, Miguel. *Memórias: a balança e a espada*. São Paulo: Saraiva, 1987. v. 2.

REALE, Miguel. *Memórias: destinos cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1986b. v. 1.

REALE, Miguel. Minhas memórias da USP. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 25-46, 1994.

REALE, Miguel. Recordações da Universidade de São Paulo. *Revista da Universidade de São Paulo*, v. 3, p. 91-101, 1986a.

Referências

RODAS, João Grandino & MOTOYAMA, Shozo. História da Universidade de São Paulo. *Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, v. 33, n. 66, p. 11-48, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZETTI, Elisete. A disciplina filosofia da educação entre os anos 40 e 70 em algumas universidades brasileiras. I Conferência Internacional de Filosofia da Educação Diversidade e Identidade, 1998, Porto. Diversidade e Identidade. *Actas da 1ª Conferência Internacional de Filosofia da Educação*. Porto: Universidade do Porto, 1998. v. 1. p. 519-28.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Decreto de fundação*. USP, 1934.

VANSINA, Jan. *Oral tradition as history*. Oxford: Marston Book, 1985.